

A Escolha pela Profissão Docente: quem são os alunos das licenciaturas?¹

Tatiane Kelly Pinto de Carvalho

Nathane Cecília Sales Brito

Luana Winner Rocha Teles ()*

Resumo: A partir de estudos que apontam o baixo interesse pela profissão docente nos dias atuais, faz-se necessário compreender como se dá o processo de escolha do curso superior e o interesse pelo ofício. Diante dessas questões, essa pesquisa buscou compreender de que maneira os sujeitos optam pelas licenciaturas e quais os fatores que impactam essa escolha. Buscou-se, também, identificar o perfil dos graduandos que estão matriculados numa universidade estadual, atentando-se para a diferenciação dos cursos destinados às elites e aos cursos destinados às camadas populares. Concluiu-se que, em grande parte, os alunos visam os cursos de licenciatura como forma de inserção no mercado de trabalho e, não necessariamente, por se interessarem pela profissão.

Palavras-chave: Atratividade na Docência; Carreira Docente; Perfil Socioeconômico.

Abstract: Starting from studies that shows the low interest in the teaching profession in the current days, it is necessary to understand how is the process of choosing the Bachelor's Degree and the interest for the craft. In the presence of this questions, this research sought to understand how the subjects choose the undergraduate degree and the factors that affect this choice. It was attempted to also identify the profile of the students who are enrolled in a state university, paying attention to the differentiation of courses for the elites and courses for the popular classes. It was concluded that, in large part, the students are searching for undergraduate courses as a mean of market integration and not necessarily by being interested in the profession.

Keywords: Teaching Activity; Teaching Career; Socio-economic profile.

Iniciando a Discussão

A escolha da profissão carrega as trajetórias pessoais, profissionais e escolares dos sujeitos. As chances de recolocação profissional e de ingresso num curso superior, o investimento necessário para se concluir uma graduação, a influência de familiares etc. são elementos que não podem ser desconsiderados quando se refere ao processo de preferências do ofício, seja ele docente ou não.

¹ Discussões realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, defendido na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na cidade de Ibirité, no segundo semestre de 2015.

(*) *Tatiane Kelly Pinto de Carvalho* é professora de História da Infância e de História da Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), também professora de História da Rede Estadual de Minas Gerais e mestre em Educação (UEMG). *Nathane Cecília Sales Brito* é graduada em Pedagogia (UEMG) e auxiliar técnica pedagógica no SESI. *Luana Winner Rocha Teles* é graduada em Pedagogia (UEMG) e educadora infantil na Rede Municipal de Belo Horizonte.

Nesse sentido, essa investigação teve por pretensão compreender como se dá o processo de escolha do curso superior, levando-se em consideração a atratividade da carreira docente e o baixo prestígio da profissão.

Trata-se de um tema que merece atenção especial, tendo em vista o alto índice de abandono da carreira docente, seja pela desvalorização, falta de segurança dentro das escolas, ou, até mesmo, pela carga horária excessiva de trabalho e os baixos salários oferecidos. Nota-se que a sociedade, em alguns casos, vê o trabalho do educador como uma ocupação de menos valor, o que pode acarretar ao profissional uma frustração pessoal entre outras desmotivações. Estudar a atratividade da docência é, também, procurar avaliar quem são os estudantes que hoje buscam pelos cursos de licenciatura e qual é o perfil e as trajetórias de quem escolhe essa a profissão.

A literatura tem apontado que grande parte dos alunos que optam pelas licenciaturas tem poucos recursos financeiros para investir em ações culturais mais variadas, tais como a leitura, exposições, teatro, eventos, cinema e viagens (GATTI, BARRETO, 2009). São fatores que podem, inclusive, influenciar no desenvolvimento do estudante ao longo do curso, devido à falta de tempo e demais aspectos sociais e econômicos que impactam o processo de formação. Cabe ainda apontar que muitas pessoas exercem a docência sem possuir nenhuma complementação pedagógica, preparo insuficiente, o que leva a pensar que qualquer um pode desempenhar a função de ser professor (GATTI, 2009).

Essa pesquisa se encarregou de analisar o perfil socioeconômico e o interesse pela docência dos alunos que entraram na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na Unidade de Ibirité, no ano de 2015. Através do questionário inicial respondido pelos candidatos no momento do vestibular, a intenção foi levantar elementos que podem ter aproximado esses graduandos para cursos de licenciatura disponíveis na instituição e, conseqüentemente, o interesse pela carreira docente.

A conclusão, que não esgota as discussões acerca da atratividade da carreira docente, desvelou que a escolha pela profissão acaba sendo motivada por uma fácil acessibilidade ao ensino superior e por se tratar de cursos que não exigirão tanto conhecimento intelectual e cultural de quem faz essa opção.

Breve histórico sobre o ensino superior no Brasil

Até o momento da Proclamação da República, em 1889, o ensino superior se desenvolvia de forma lenta, garantindo postos privilegiados ao mercado de trabalho a sujeitos que dispunham de

situação econômica favorável, levando a um prestígio social mais alto. Até o final do século XIX havia cerca de 10.000 estudantes e apenas 24 estabelecimentos com ensino superior no Brasil.

Já no decorrer da década de 1920, conforme Martins (2002), os conceitos de universidades mudaram; agora não mais limitados às questões políticas, mas, também, voltados aos interesses da população, com a finalidade de expandir a ciência e gerar pesquisas. Nos anos de 1930, o estado de São Paulo, por ser uma das capitais com maior poder aquisitivo do país no período, recebe ajuda do governo para que seja criada uma Universidade. A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, torna-se o maior centro de pesquisa nacional. Na década de 1940, o aumento da presença feminina na participação do mercado de trabalho e na ampliação do ensino médio, fez com que o público feminino se dedicasse ao magistério e, desse modo, as faculdades de Filosofia se espalharam por todo o país nas quais cada curso preparava um professor de História, Matemática, Química entre outros (OLIVE *et al.*, 2002).

Em 1964, o regime militar manteve sob vigilância as universidades públicas e abateu o movimento estudantil, ocorrendo em seguida o expurgo de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado, sobretudo a partir de 1970. Ressalta-se, contudo, que no período de 1964 a 1985, com o apoio dos militares, foi ampliado o setor privado na expansão das universidades. Mas, com o depauperamento do regime militar e a crise de 1980, a ideologia privatista ganha força. Através da mídia, a iniciativa privada anuncia a "incapacidade administrativa do Estado". Então, o privado inclui na lógica neoliberal a administração do ensino, delineando como escolha a aceitação de subsídios governamentais para seus empreendimentos. Sendo assim, o governo apoiava com fiscalização a garantia de pagamento das mensalidades pelos alunos, bolsas de estudo e aumento de escolas (FRAGOSO, 2003).

Nesse cenário, Michelotto *et. al.* (2006) mostram que nas últimas décadas a educação superior passou por duas fases de forte expansão: a primeira de 1964 a 1980 em que houve um aumento dez vezes maior no número de matrículas, somando 882 instituições de ensino superior. E, num segundo momento, houve uma forte expansão no período de 1980 a 1995. Destaca-se que o neoliberalismo trouxe uma nova forma de se ver a qualidade educacional do ensino superior, associando-a aos princípios mercadológicos de produtividade e rentabilidade, introduzindo nas escolas a lógica da concorrência.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determina que as universidades sejam instituições pluridisciplinares, ou seja, capazes de abranger em seu currículo várias disciplinas literárias, científicas e técnicas. No que se refere à gratuidade de cursar o ensino superior, segundo Neves (2012), esta aparece como obrigação constitucional, pela primeira vez, na Constituição de

1988. Dessa forma, pode-se compreender que a educação superior é um bem público e os recursos devem ser gastos de forma a atender ao maior número de jovens possíveis.

Assim, o Brasil tem hoje em seu sistema de educação superior dois segmentos bem definidos e distintos: público e privado. No entanto, estão divididos em um sistema complexo e diversificado de instituições públicas, federais, estaduais e municipais, privadas particulares, comunitárias e filantrópicas. Essas considerações nos remete a pensar se, realmente, esses estudantes são observados de maneira igual dentro das universidades ou se existe algum tipo de estereótipo com relação a suas origens socioculturais. Também é importante ressaltar que as universidades públicas são vistas pela sociedade com um status elevado, o que colabora para uma possível hierarquização dos cursos universitários, já que vivenciamos uma mudança no perfil dos estudantes universitários (SETTON, 1999).

Os alunos do ensino superior no Brasil: algumas considerações

Anos atrás o ensino superior era destinado somente a um público mais seletivo; atualmente o universo acadêmico é mais democrático e aberto ao público de todas as classes sociais, embora alguns cursos sejam de difícil acesso devido à restrição financeira do aluno, bem como suas trajetórias escolares e pessoais. Conforme Schwartzman (1999), no limiar do século XXI, o ensino superior brasileiro está recuperando seu dinamismo, mas não da forma que se imaginava 30 (trinta) anos atrás. A matrícula está aumentando, em parte pelo crescimento da demanda de jovens recém-saídos da educação média, e em parte pela demanda de adultos que buscam as universidades e outras instituições de ensino superior para complementar seus conhecimentos, adquirir novas qualificações e títulos, e conseguir melhor posicionamento no mercado de trabalho.

Entretanto, quando se trata de discutir o acesso ao ensino superior, este não pode ser visto apenas como uma “escolha”. Quando um sujeito decide seguir uma profissão é necessário pensar que existe uma relação entre os gostos e oportunidades que a vida oferece para o indivíduo. Oportunidades que, de alguma maneira, tenham relação com sua cultura, sua identidade e o meio no qual se vive. Segundo Bourdieu (1983), a posição social é avaliada de forma hierarquizada, onde determina as relações materiais e simbólicas. Dessa forma, entende-se que ao optar por uma profissão ou um curso é preciso analisar a sua forma de ingressar e de permanecer no ensino superior. Dito isso, é possível dizer que

o volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural e simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Vale destacar que certas graduações ainda são ocupadas pelas elites, como é o caso das Engenharias, Direito, Medicina (RISTOFF, 2014). Com relação à renda familiar dos estudantes de graduação, é relevante observar que cursos como Medicina e Odontologia têm menor representação na faixa de até 3 salários mínimos, tendo expressiva representação nas faixas superiores a 10 até 30 salários. Ainda segundo o autor, nota-se igualmente que 14% dos estudantes de Medicina vêm de famílias com renda superior a 30 salários mínimos mensais, enquanto História e Pedagogia têm representação próxima de zero nesta mesma faixa de renda.

Através desses apontamentos, pode-se afirmar que a sociedade cria uma hierarquia entre os cursos mais privilegiados. Entre esses cursos de maior prestígio, Amaral e Oliveira (2011), afirmam que a Medicina, as Engenharias e o Direito ainda se destacam no topo de prestígio das carreiras. Já no plano médio ou inferior, os cursos relacionados às Licenciaturas são aqueles voltados a atender os sujeitos com situação econômica desfavorável. Esses cursos classificados como de maior prestígio acabam tendo um valor simbólico e de mercado maior, fazendo que sejam mais disputados no vestibular e essa disputa, por sua vez, revela o caráter de seleção social.

Já sobre os alunos que frequentam as licenciaturas, trata-se de um público que em grande parte possui dificuldades de diferentes ordens para chegar ao ensino superior. São estudantes que, principalmente pelas restrições financeiras, tiveram poucos recursos para investir em ações que lhes permitissem maior riqueza cultural e acesso a leitura, cinema, teatro, eventos, exposições, viagens e etc.

Ainda no que diz respeito ao perfil dos estudantes que buscam os cursos de licenciaturas, algumas pesquisas mostram que o perfil dos alunos matriculados engloba baixo rendimento acadêmico e nível socioeconômico. Louzano *et al.* (2010) mostraram que, a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2005, apenas 11% dos candidatos estavam interessados em se tornar professores do ensino fundamental ou médio.

Em relação ao gênero ocorrem variações conforme os cursos; no curso de Pedagogia, a título de exemplificação, há um maior número de mulheres ao contrário dos cursos de exatas. Outra característica que precisa ser levada em consideração diz respeito às ocupações dos graduandos das licenciaturas: a maioria dos alunos trabalha e estuda concomitantemente (MELNIKOFF; SILVA, 2011).

Concorda-se com Leme (2012) que a carreira docente, embora pouco desejada, parece atrair pessoas com dificuldades em acessar profissões que demandam altos custos de formação, ou seja, aqueles cursos superiores que têm mensalidades caras e são ministrados em período integral (impossibilitando as pessoas de trabalhar). Vale ainda ressaltar os elevados gastos com materiais

didáticos. Assim, certas graduações estão num horizonte de expectativa distante dos candidatos oriundos de trajetórias escolares desfavoráveis e situação financeira pouco favorecida.

Trajетórias pessoais e profissionais dos alunos que buscam um curso superior em Licenciatura: discutindo os resultados

A pesquisa realizada recorreu à análise do questionário² disponibilizado pelo COPEPS (Comissão Permanente de Processo Seletivo) referente ao perfil socioeconômico dos estudantes de licenciatura das áreas de Pedagogia, Letras, Matemática, Ciências Biológicas e Educação Física. O questionário se refere aos candidatos aprovados no vestibular no ano de 2015, isto é, 256 candidatos que tentaram ingresso na UEMG – Ibirité (MG).³

Para essa investigação selecionamos (14) quatorze questões respondidas pelos candidatos, relativas às razões da escolha pela carreira docente, condições financeiras, trajetória escolar, escolaridade dos pais, exercício profissional, preparação em “cursinho” pré-vestibular, dentre outros fatores que permitiram traçar o perfil socioeconômico dos aprovados. Portanto, esta pesquisa foi realizada através de análise qualitativa e quantitativa, com o intuito de contemplar tanto a quantificação dos dados como a qualificação dos dados obtidos pela COPEPS.

A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular (GOLDENBERG, 2005, p.62).

Um dos primeiros achados da investigação se refere à idade dos alunos: há um percentual maior de jovens que foram aprovados no vestibular (entre 18 a 25 anos), ou seja, 74,5%, comparado aos adultos (acima de 30 anos), que somaram 28,3%. Já em relação ao sexo dos aprovados, o número de mulheres (68,8%) é consideravelmente superior ao de homens (31,3%), o que pode ter ligação com o curso de Pedagogia que recebe o maior número de mulheres para o magistério. Segundo Gatti *et al* (2009), o número maior de mulheres na docência prevalece, apontando a questão do gênero no contexto social como um fator interveniente na escolha pela profissão.

Entretanto, também é importante levantar, assim como Leme (2012), que a escolha pelo curso está relacionada, também, às condições financeiras do aluno; logo, os cursos de Licenciatura atraem alunos com condições financeiras pouco favoráveis. Esse fato foi evidenciado nessa investigação: dos alunos aprovados, (41,8%) possui renda entre 1 e 2 salários mínimos, seguido de

² Questionário respondido pelos candidatos no momento da inscrição do vestibular.

³ A cidade de Ibirité pertence à região de metropolitana de Belo Horizonte.

(38,3%) de alunos com renda de 2 a 5 salários mínimos e apenas (1,2%) dos alunos afirmou possuir rendimentos acima de 10 salários mínimos.

Grande parte dos alunos (60,5%) possui alguma atividade remunerada. Nesse sentido, Nogueira (2004) chama a atenção para a necessidade de investigação mais apurada sobre as trajetórias sociais dos graduandos e suas diferentes vivências na família, na escola, no mundo profissional, que podem impactar a escolha da profissão. Mas, pode-se inferir que os alunos da instituição são trabalhadores o que lhes dificulta, de certo modo, o ingresso e permanência em cursos superiores que exigem grande disponibilidade de tempo (cursos integrais, por exemplo).

Sobre as trajetórias escolares, o questionário analisado demonstrou que (82,0%) dos graduandos que ingressaram na instituição no ano de 2015 são oriundos da rede pública e (12,9%) da rede privada. Já o restante dos alunos (5,1%) estudou uma parte na rede pública e na rede privada. Esses apontamentos revelam que a docência ainda continua sendo vislumbrada por segmentos de camadas mais baixas que, por vários elementos, apresentam dificuldades de ingressar em cursos de maior prestígio.

Referente ao preparo para o vestibular, apenas (12,9%) dos alunos frequentaram “cursinho” ou “pré-vestibular”; dos que se prepararam (5,9%) não tiveram bolsa. Percebe-se, portanto, uma grande parcela (87,1%) de graduandos que não realizou curso preparatório. Fato que pode, de certo modo, ser associado a dois fatores: necessidade de trabalhar e condições financeiras desfavoráveis. Partindo do pressuposto de que os estudantes fazem a escolha do curso considerando suas chances de ingresso e de ascensão social, bem como “avaliam racionalmente os riscos do investimento escolar, calculando, em cada caso, suas chances de sucesso futuro a partir da experiência escolar passada” (NOGUEIRA, 2012, p. 7), é possível afirmar que a relação candidato/vaga possa ter sido um dos fatores que levaram esses sujeitos a optar pelas licenciaturas, tendo em vista que, na instituição, os cursos não são tão competitivos quanto em outras universidades.

Outro achado que merece ser mencionado diz respeito ao local de residência dos alunos. Identificou-se que (35,9%) dos graduandos reside na mesma cidade da Unidade e (55,5%) moram a menos de 100 km de distância da UEMG. A partir dessas considerações, é preciso considerar que as escolhas do curso superior nem sempre são pautadas pelo desejo do “curso desejado, mas, no que é possível estudar e onde é possível se matricular” (AMARAL; OLIVEIRA, 2011, p. 874).

Vale lembrar que a profissão docente é ainda vista, por alguns sujeitos, como “vocação” ou “dom”, “preciso gostar muito do que faz”, bem como “ter muita paciência” (GATTI *et al.*, 2009, p. 168). Entretanto, apenas um percentual de (4,7%) de alunos afirma que foi atraído para o curso de licenciatura devido ao prestígio social da docência. Essa constatação corrobora com pesquisas que

têm apontado a docência como uma carreira sem prestígio. Pode-se elencar, resumidamente, as seguintes justificativas para afastar os estudantes da profissão: “1. O professor é mal remunerado; 2. As condições de trabalho do professor são ruins; 3. O ensinar e o enfrentamento das situações com os alunos estão cada vez mais difíceis; 4. A profissão de professor não tem reconhecimento social” (TARTUCE *et. al.*, 2010, p. 474).

Em relação ao incentivo de terceiros para cursar o ensino superior, temos um total de (2,7%) de alunos que optaram pelo magistério devido à influência dos familiares. Para Nogueira e Nogueira (2002), a bagagem da família é incorporada pelo indivíduo de modo que passa interferir nas escolhas do indivíduo e nas suas relações sociais. Contudo, a pesquisa demonstrou, contrariamente, que a família teve pouca influência na escolha do curso superior desses sujeitos.

Apenas ¼ dos alunos justificaram a escolha pela Licenciatura devido à possibilidade de inserção no mercado de trabalho, diferente dos (62,1%) dos graduandos que afirmaram interesse pela área. Destaca-se que a atratividade da carreira docente pode ter ligação com diversos fatores, entre eles: flexibilidade na opção de trabalhar tempo integral, férias mais frequentes, baixas taxas de desemprego e altruísmo (LOUZANO *et. al.*, 2010). Contudo, o benefício mais significativo oferecido – estabilidade no emprego para os contratados - não compensa as condições negativas do trabalho, como o pouco reconhecimento público, o baixo status da profissão, além dos baixos salários (LAPO; BUENO, 2002).

Valle (2006) explica que essa escolha da carreira ocorre devido à própria dinâmica que configura a docência. De modo geral, o processo de escolha do curso superior está situado na interface entre o individual e o social, ou seja, é influenciado pela história de vida do sujeito e por experiências anteriores, sejam elas pessoais, profissionais, familiares, etc. Assim, “para a grande maioria não existe verdadeiramente uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão” (ZAGO, 2006, p. 232).

Contudo, é merecido destacar que embora um número significativo dos alunos aprovados no último vestibular da UEMG – Ibirité tenha dito possuir interesse na área e, outra parte, alegar a escolha da licenciatura atrelada à possibilidade de inserção no mercado de trabalho, isso não quer dizer que essa escolha tenha sido realizada de forma racional; pode ser baseada nas trajetórias escolares e pessoais, bem como fruto das chances de entrada numa universidade. Além disso, como se trata de alunos ingressantes, ao longo do percurso acadêmico, essa predileção ou afastamento da docência pode vir à tona.

Situação que pode ser confirmada quando se refere à divulgação do vestibular da instituição e o conhecimento dos alunos sobre o mesmo. Quase a metade (47,7%) dos vestibulandos aprovados tomou conhecimento do processo de seleção através de alunos e ex-alunos da instituição e somente (24,6%) dos alunos mantiveram informações sobre o mesmo através do site da própria Instituição. Isso demonstra que os alunos não fizeram um estudo sistemático sobre a oferta de cursos e/ou instituições. Assim, é possível indagar se, de fato, esses licenciandos apresentam interesse pela profissão e vislumbram a carreira docente.

Considerações Finais

Relembrando que o dado é sempre construído, essa investigação reconstruiu uma realidade que procurou analisar o perfil socioeconômico dos alunos aprovados nos cursos de licenciatura em Pedagogia, Letras, Matemática, Ciências Biológicas e Educação Física da UEMG – Ibirité, no ano de 2015, bem como suas intenções acerca do exercício da docência.

Verificou-se que o perfil dos alunos ingressantes na instituição no ano de 2015 é voltado para um público jovem, com condições financeiras pouco favoráveis e a maioria dos graduandos é oriunda da escola pública. Assim, é possível inferir que a escolha pela profissão docente acaba sendo motivada por uma fácil acessibilidade ao ensino superior. Além disso, percebeu-se que o número de mulheres ainda prevalece fortemente nos cursos voltados ao magistério.

Prevalece, então, o que outros estudos já tinham apontado: o perfil socioeconômico de quem escolhe o magistério tem, em sua maioria, sujeitos pertencentes às famílias de classes C e D. Os indivíduos com situação socioeconômica favorável são atraídos para outras profissões de maior prestígio. Contudo, mesmo com o baixo salário, conforme aponta Louzano *et. al* (2010), os jovens são atraídos para a educação básica por outros fatores que, de certo modo influenciam durante a escolha do ofício docente: maior chance de aprovação no vestibular, flexibilidade de horário, férias, plano de carreira etc.

Ressaltam-se, também, fatores internos que atraem os sujeitos para a área: admiração ou gosto pela profissão docente, experiências positivas durante a trajetória escolar, influência dos familiares (GATTI *et al*, 2010). Segundo Leme (2012), compreender a escolha da carreira docente e o interesse pela profissão é, além de instigante, necessário na atualidade, visto que a docência tem se mostrado pouco atrativa em comparação a outras profissões, o que leva a uma preocupação da escassez de profissionais no futuro.

Essa investigação não teve por pretensão esgotar o assunto sobre a atratividade da carreira docente e, conseqüentemente, o perfil socioeconômico dos alunos que ingressam nos cursos de

licenciatura. O intuito foi colaborar com os estudos sobre a temática, de modo que chame a atenção para o grande problema de escassez de professores num futuro próximo.

Referências

- AMARAL, D. P.; OLIVEIRA, F. B. *O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 861-890, out./dez. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. *Gostos de Classe e Estilos de Vida*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983, vol. 39. p.1-41.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96*. Brasília: 1996.
- FRAGOSO, J. C. *A Mercantilização da Educação*. Monografia apresentada na Universidade Cândido Mendes-pós graduação “Latu-Sensu”/ projeto vez do mestre. Rio de Janeiro, 2003, p.1 -43.
- GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. *Professores no Brasil: impasses e desafios*. Brasília: Unesco, 2009.
- GATTI, B.A. *et al. Atratividade da Carreira Docente no Brasil*. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2009.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LAPO, F. R.; BUENO, E. O. *O abandono do magistério: vínculos e rupturas com o trabalho docente*. São Paulo, Psicol. USP, v. 13, n. 2, p. 243-276, 2002.
- LEME, L. F. *Atratividade do magistério para o ensino básico: estudo com ingressantes de cursos superiores da Universidade de São Paulo*. (Catálogo USP). São Paulo, 2012.
- LOUZANO, P.; ROCHA, V; MORICONI, M, G.; OLIVEIRA, P, R. *Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil*. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 21, n. 47, p. 543-568, set./dez. 2010
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira. *Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais*. Acta Cir. Bras. vol.17. São Paulo, 2002.
- MELNIKOFF, E. A. A.; SILVA, G. M. S. *Gênese da Feminização do Magistério no Brasil*. GT1 – Espaços Educativos, currículo e formação docente (Saberes e Práticas). Sergipe, 2011. p.1-10.
- MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. *A política de expansão da Educação Superior e a proposta de Reforma Universitária do governo Lula*. Educar em Revista: n. 28, jul-dez, 2006.

- NEVES, C. E. B. *Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU). Rio Grande do Sul, 2012, p. 1-18.
- NOGUEIRA, C.M.M.; NOGUEIRA, M. A. *A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições*. Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 78, Abril/2002.
- NOGUEIRA, Cláudio M. M. *Dilemas na análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares: o processo de escolha do curso superior*. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- _____. *Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores*. Estudos de Sociologia (Recife), v. 18, p. 10-40, 2012.
- OLIVE, A. C. *Histórico da Educação Superior no Brasil*. In: (ORG.), M. S. A. S. *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.
- RISTOFF, Dilvo. *O Novo Perfil do Campus Brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação*. Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), vol.19 n.3 p. 723-747. São Paulo, Sorocaba Nov. 2014.
- SCHWARTZMAN, Simon. *O Ensino Superior no Brasil – 1988*. Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, 1999.
- SETTON, Maria da Graça J. *A divisão interna do Campo Universitário: uma tentativa de Classificação*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 80, n. 196, p. 451-471, set./dez. Brasília, 1999.
- TARTUCE, G. L. B.; NUNES, M. M. R.; ALMEIDA, P. C. A. de. *Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n.140, p. 445-477, maio/ago. 2010.
- VALLE, I.R. *Carreira do magistério: uma escolha profissional deliberada?* Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, Vol. 87, nº 216, p.145-177, 2006
- ZAGO, Nadir. *Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares*. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32. Maio/ago. 2006. p. 226-237.

Recebido em: 30/08/2016.

Aceito em: 20/11/2016.